

Uma aventura antropológica: a perda da inocência

ROSE MARY GERBER

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v23i23p47-60

resumo Este artigo é resultado de minha pesquisa com pescadoras no doutorado em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC. O objetivo é apresentar algumas reflexões sobre o exercício do trabalho de campo e da escrita como elementos que se interconectam continuamente e que compõem nossa construção como antropólogos, tendo como exercício central a etnografia.

palavras-chave Antropologia; Etnografia; Campo; Escrita; Pescadoras.

The anthropological adventure: the loss of innocence

abstract This article is the result of my research with fisherwomen in the doctorate in Social Anthropology at PPGAS/UFSC. The aim is to present some reflections on the exercise of fieldwork and writing as elements that continuously interconnect and make up our construction as anthropologists having the ethnography as central exercise.

keywords Anthropology; Ethnography; Field; Writing; Fisherwomen.

Introdução

Este artigo advém dos resultados de minha pesquisa de doutoramento realizada com mulheres pescadoras no litoral de Santa Catarina, Sul do Brasil. Meu intento é tecer algumas reflexões sobre a experiência de campo e a escrita

como elementos inescapáveis das afetações que compõem o percurso de nos construirmos constantemente como antropólogos. Para tanto, tal escrita está dividida em quatro tópicos. No primeiro, exponho algumas percepções sobre o processo indissociável de escrita e experiência de campo em que os primeiros esboços, nos quais registramos estranhamentos, dificuldades, percepções, são centrais como elementos acionadores de nossa memória quando já não mais estamos imersos em campo.

No segundo tópico falo um pouco sobre o que denominei como sendo “Um campo e seus deslocamentos: deslocamentos em campo”, em que me vi instigada a descobrir e inventar meu *objeto* mergulhando em uma pesquisa com pescadoras, sendo que elas emergiam à medida que eu me deslocava pelo litoral catarinense, compondo um campo que não tinha, *a priori*, uma definição. No terceiro, “Tempos de espera e tempos de agito: sobre obstáculos epistemológicos”, me detenho em discorrer sobre os meandros de meu campo, que é o mar, a partir de onde me dei em conta de que teria que lidar com muito mais do que a relação terra/mar/praias. Para tanto, foi crucial ficar atenta aos diferentes tempos e ritmos que preenchem aqueles espaços que percorri.

Por fim, no quarto tópico, “Uma aventura antropológica, ou a perda da inocência”, postulo que a etnografia se dá pela repetição e que fazê-la é estar presente de forma intensiva e repetitiva, haja vista que é o que nos permite viver uma experiência densa, que inclui o

inesperado. Do que vivi, meu intento é compartilhar uma pequena parte.

Sobre as primeiras anotações em campo

Ao iniciar o campo, iniciei o processo de escrita de minha tese, pois cada impressão inicial, suposição, sentimento, componentes de meu estranhamento, foram matéria-prima para a composição de uma redação que buscou ponderar questões alusivas à tríade *ver, ouvir, escrever* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006) e aos meandros que fazem que seus primeiros elementos, ver e ouvir, sejam o norteador da escrita. Porém também a escrita se intromete, é iniciada e nos afeta (FRAVET-SAADA, 2005), muito antes de nosso afastamento do campo como processo de um *estar lá*.

Desta forma, o diário de campo não se compôs e não é apenas um recurso material, mas um espaço que vai sendo preenchido à medida que o campo é vivido e experienciado. É uma espécie de recurso para lembranças futuras quando já estaremos inseridos em outro momento, o da escrita. Portanto, em um afastamento mais direto do campo. O diário de campo é, assim, central e faz parte da composição do que Cardoso de Oliveira (2006) denominou de escrever, pois a partir de anotações ali feitas ter-se-á, muitas vezes, o ponto de partida necessário para compor a redação de nossos escritos imbuídos de um olhar e ouvir atentos.

As anotações no diário nos permitem lembrar aspectos da chegada em campo, as primeiras impressões, alguns sentimentos, dificuldades, percepções, entraves, adaptações corporais, reações, por vezes viscerais (LAGROU, 1992). Contribuem para que, em dado momento, nos perguntemos: como é que cheguei aqui, ou lá? Por que escolhi este campo? Ou,

por que este campo me escolheu?¹ Estarei conseguindo compreendê-lo em sua amplitude? E os que compõem seus meandros, até que ponto estão se dando em conta da proposta de pesquisa a qual me proponho?²

O diário de campo se tornou, no decorrer de meu tempo em campo, um confidente, um espaço para registrar angústias, surpresas, alegrias, emoções, *insights*. As notas da caderneta e, em consequência, do diário, se constituíram, no decorrer do percurso que segui de idas e retornos, o ponto de referência para tentar, já em campo, definir linhas de reflexão, melhor olhar o que havia olhado durante aquele dia e, posteriormente, desenvolver a escrita, inicialmente apenas esboçada.

A partir de rabiscos, rascunhos e notas é que me foi possível tecer uma narrativa que configurou um texto final denominado tese, cuja urdidura oscilou entre momentos de inspiração e transpiração fluidas e outros de impasses, perda momentânea da capacidade de articular pensamento e escrita, sentimentos de que não conseguiria chegar até o fim. Nesta oscilação entre diferentes emoções, entre as quais uma persistente angústia pelos retrocessos, alegria pelos avanços e temporalidades (BACHELARD, 1998), campo e escrita me permitiram viver experiência e reflexão.

Um campo e seus deslocamentos. Deslocamentos em campo

Inicialmente pensei em discorrer sobre a pesquisa de campo, descrevendo como cheguei lá. Mas então me questioneei: lá onde? Isso porque a pesquisa que empreendi, fruto de um diálogo contínuo com minha orientadora, levou em conta o campo iniciado no contexto da pesca e as sugestões da banca de qualificação. É interessante rememorar que eu havia exposto em uma das primeiras versões de meu projeto

de pesquisa que o aprendizado do que então denominei *mulheres da pesca* se daria de mulher para mulher, entre mulheres. No entanto, ao conversar com as que embarcam e perguntar como aprenderam a ser pescadoras, as mesmas me respondiam: *com meu pai; com meus irmãos; com meu marido*. Isso me trouxe elementos para pensar sobre as redes de parentesco, as relações de gênero e de transmissão e circularidade de saberes.

Aliaram-se a esses aspectos a vontade de realizar uma pesquisa com mulheres que embarcam na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina e o desejo de que os resultados de meu empreendimento venham a contribuir, de alguma forma, com suas vidas e com o reconhecimento de sua existência como pescadoras. Meu propósito estava firmado: queria saber mais sobre estas mulheres: pescadoras embarcadas.

Calávia Saez (2009) preconiza que a antropologia tem como objetivo descobrir ou inventar objetos. “Descobrir porque o objeto, em certo sentido, já está ali, em forma de algo que atrai a atenção do pesquisador” (CALÁVIA SAEZ, 2009, p. 14). Algo que nos faz ter os olhos, ouvidos, sentidos voltados para questões, detalhes, bordas, margens que, de certa forma, nos afetam (FAVRET-SAADA, 2005). “Inventar porque ele só se define no diálogo entre o pesquisador e o nativo” (CALÁVIA SAEZ, 2009, p. 14-15).

O inventar ao qual se refere Saez diz respeito a algo que, uma vez trazido à tona, de certa forma ganha vida própria, apontando para a busca e o estranhamento com que o antropólogo cria seus nativos, mas é também por eles criado; faz a antropologia, mas é por ela feito. Tal argumento me remete a um diálogo como o exposto por Menezes Bastos (2010), quando afirma que “seja o que seja nossa disciplina, ela não só é – e tem sido desde que se pode

falar dela – produto dos antropólogos, mas, ao mesmo tempo, produz a todos nós – trata-se, a antropologia, enfim, de um fazer e ser feito enquanto faz” (MENEZES BASTOS, 2010)³.

O fazer e ser feito a qual se refere o autor e a descoberta e invenção em Calávia Saez (2009) tem em comum o que considero o ponto nodal que viabiliza nossas criações, invenções, e, como via de mão dupla, o sermos criados, feitos e inventados: o campo. A criação aponta para a necessidade de estarmos atentos às situações que nele ocorrem considerando que é ali que emergem as afetações que condicionam nossas experiências, positiva ou negativamente, mas cujo saldo nos trará subsídios para refletir, escrever, rever sobre o que podemos extrair quando exercitamos o distanciamento pós-campo no que, segundo Ricoeur (1977), é um “*vis-à-vis* não dado na situação do discurso (mas) criado, instaurado, instituído pela própria obra” (RICOEUR, 1977, p. 57).

Vi-me instigada a descobrir e inventar meu *objeto* mergulhando⁴ em uma pesquisa com pescadoras, sendo que essas começaram a emergir à medida em que eu me deslocava pelo litoral de Santa Catarina, compondo um campo que não tinha, *a priori*, uma definição. Ele não estava situado em um só local, especificamente em uma só comunidade pesqueira. Seria, por isso, um campo dessituado? Assituado? Multissituado? (MARCUS, 1986, 1998). Que contornos daria a este campo, cuja realização foi instigada pela vontade de saber quantas e quem são, onde estão, como vivem, o que pescam, como pescam as mulheres que embarcam na pesca artesanal catarinense?

Fui seguindo pistas a partir do que me apontavam alguns colegas de trabalho⁵ e pescadores nas praias que percorri, além de trechos de recortes de jornais e comentários sobre suas possíveis existências. Não me desloquei de uma só forma. Pedi carona, fui de ônibus ou de carro

próprio. Cruzei a BR 101 e também fiz travessias de balsas, dependendo de aonde queria chegar. Em cima do mapa de Santa Catarina, fui criando o percurso de meus deslocamentos e, por conseguinte, o de onde encontrei as pescadoras. Outras há, com certeza. As que encontrei são mulheres que trabalham com seus maridos, filhos, irmãos, genros, filhas. São suas *camaradas*. Em alguns casos, elas próprias são as mestras das embarcações.

Acabei concluindo minha pesquisa com 22 mulheres entre 22 e 70 anos⁶. A maioria iniciada na pesca muito cedo com seus pais, entre os 8, 9, 10 anos de idade. Duas são viúvas; as demais são casadas. Algumas alternam o tipo de pescaria, dependendo a época do ano e se possuem redes apropriadas. Assim, existem as que, passada a temporada do peixe, vão para a do camarão. Terminado esta, vão para outro peixe. Poucas só trabalham com peixes; outras, só com camarão. Trata-se de mulheres cujas trajetórias são pautadas por dificuldades econômicas, de *pobreza*. Meninas que saíram da escola, pois tinham que trabalhar e que hoje são, as mais velhas, semi ou totalmente analfabetas. Apenas uma havia concluído o curso de Pedagogia.

Geralmente são as filhas mais velhas e foram chamadas sem que lhes perguntasse se queriam ou gostariam de trabalhar na pesca. Precisavam delas. E elas foram. Poucas se impuseram na pesca, mesmo os pais não querendo que saíssem para o mar. A curiosidade por saber como é tal atividade lhes instigava desde cedo. Outras tiveram os maridos como seus mestres no aprendizado. Algumas foram, por sua vez, as mestras deles. Diziam-me que se *acostumaram* com o ofício. Ou que *é só isso* que sabem fazer. Em comum, o riso, o bom humor e a jocosidade, aliados ao uso de expressões como *gostar, amar, ter paixão, vício* pela vida no/do mar.

Tempos de espera e tempos de agito: sobre obstáculos epistemológicos

Ao chegar ao meu campo, que é mar, me dei conta de que teria que lidar com muito mais do que a relação terra/mar/praias. Teria que ficar atenta aos diferentes tempos e ritmos. *Melhora do tempo; tempo bom; tempo ruim; mudança de tempo* eram expressões que remetiam não exatamente a questões de clima, de temperatura, mas usadas no sentido de *tempo bom* para a pesca, geralmente aliado ao calor. Porém, para alguns peixes, como a tainha, é exatamente o oposto: quanto mais frio, melhor. Ou mau tempo, definido como *tempo ruim*, que contava sempre um período de espera para que melhorasse. As épocas de agito com movimentação diária devido ao *tempo bom*, por conseguinte, preenchiam de diferentes ritmos meu trabalho de campo.

Ingold e Kurttila (2000, p. 187-192), ao discutirem questões relacionadas ao conhecimento tradicional como advindos das práticas da localidade, citam os Sami, da região Norte da Finlândia, que usam a expressão *weather* (tempo) em contraposição à expressão dos cientistas, *climate* (clima). Este, que é registrado pelos cientistas, diz respeito a variáveis medidas, como temperatura, precipitação e pressão atmosférica. “Tempo” diz respeito a calor ou frio, época de colheita, tempestade. Ao invés do primeiro, registrado pelos cientistas, o segundo é experimentado pelo grupo como o ambiente, obedecendo ao ciclo das estações. Os autores postulam que não se trata de prescrições culturais, mas do conhecimento que vem da prática, das experiências de vida e do movimento daquele lugar. Concordo com os autores sobre este aprendizado se dar na prática, ocorrendo nas relações intra ou inter-geracionais. Consiste em experimentação vivenciada em contextos específicos.

Ao que Ingold & Kurttila se referem como diferentes épocas que compõem uma experiência, Bachelard (1994 [1950], p. 133) denominou *ritmanálise*, segundo a qual a vida é ondulação. “O calendário das frutas é o calendário da ritmanálise. A ritmanálise procura em toda parte ocasiões para ritmos”. Os primeiros autores falam de época de colheitas; o segundo, de um calendário. Em meu campo, o que vi dizia respeito a diferentes épocas que compõem um calendário anual de peixe, camarão, siri; calmarias ou tempestades; fartura ou escassez. Uma ritmanálise que diz respeito à vida em que o ciclo das estações é orientador não só dos períodos de ir ao mar ou esperar, mas da própria experiência de quem vivencia esses tempos.

Tempo bom ou tempo ruim dizia respeito às épocas de fartura ou escassez de pescado, sendo que o verão era considerado a melhor ocasião pois, com o aquecimento da água, os peixes migravam e *entravam*, facilitando a pesca. O inverno, período mais difícil para as pescadoras que acompanhei, era a *época de miséria*⁷. Porém *é mais do que* isso. O tempo se destrinchava para além de bom ou ruim. Percebi que a marcação cronológica dos relógios, que eu buscava definir com elas para saber quando sair ao mar, era um tempo aproximado que me davam como referência para me orientar, mas o que contava, na prática, era a observação de mudanças muito sutis na luminosidade do céu. As saídas para o mar, inicialmente combinadas para às cinco da manhã, em Florianópolis, por exemplo, se mostravam mais complexas do que eu estar naquele horário na praia. “O tempo era simplesmente algo que não podia ser consignado” (BARLEY, 2006, p. 101)⁸.

Guardadas as diferenças, recorro a Barley (2006) no sentido de expor o quão difícil era conciliar a angústia por querer avançar no trabalho de campo e o tempo necessário de espera em que a temporalidade (BACHELARD,

1994 [1950])⁹ que compunha as muitas idas e vindas foi me mostrando que não era eu quem definia, nem tampouco eles propriamente, mas uma conjunção de outros fatores que, de certa forma, faziam parte do que denominavam tempo. Tratava-se de chegar no horário previamente combinado, mas ficava-se à espera de algo que, no princípio, não entendi: todos, ou parados, ou conversando, esperando até que o movimento se dava de forma muito rápida quando corriam em direção às suas embarcações. Era um matiz de luminosidade no céu em que já não era noite, mas também de dia não se tratava. Naquela mudança sutil, saíamos para o mar na Armação do Pântano do Sul, em Florianópolis, neste tipo de pesca¹⁰.

Em Barra do Sul, nas saídas para ver as redes que tinham sido colocadas no dia anterior próximo ao costão, o horário orientador era em torno de seis horas da manhã, mas a saída dependia de fatores como o clarear do dia aliado à situação de mais ou menos agito na saída da barra¹¹, considerado o local mais perigoso, pois se trata de passar a fronteira da tranquilidade do abrigo que está antes da barra e o mar aberto. Já para sair para a pesca do baiacu em São Francisco do Sul, dona Paulina poderia sair às sete, às nove; voltar às dezessete, às vinte ou às vinte e duas horas, dependendo do nível da maré. Tempos que não seguem o determinado *crono* do relógio, mas que se definem pelo ritmo *cronos* (LEACH, 1972)¹² que o começo do nascer do dia, a agitação na saída da barra ou o movimento das marés indicam. Ou que a fúria do mar impede.

As pescadoras¹³, ao mesmo tempo em que estavam diariamente sintonizadas com o que os meteorologistas diziam, comentando a previsão do tempo: *bem que disse; bem que avisou; acertou mesmo; errou feio*, trabalhavam e observavam ciclos e mudanças constantes em que a composição era sempre plural¹⁴.

Não há vento. Há qualificações de ventos: *sul*¹⁵, *nordeste*, *este*, *leste*, *rebojo*, *lestada*, *terral*, conforme explicou dona Merabe.

Lestada é o vento que mais deixa o mar agitado; traz tempestades que costumam durar muitos dias seguidos, às vezes quinze dias, mas é o que traz fartura, traz tudo. Com o vento terreal não dá para pescar. Ele só leva a pessoa para fora, para o golfo do mar. É um vento que vem da terra e dura cerca de três dias. O rebojo é um vento que não dá para ir para fora. Ele não engrossa o mar, mas é muito forte. Também não traz nada; só leva, e dura cerca de dois dias. Entre o sul e o leste, seria o rebojo. Rebojo por quê? Porque reboja, como uma máquina lava. Na época da tainha é bom para trazer ela (Merabe, 60 anos, Barra do Sul).

Segundo Safira, que viveu por vinte anos em uma ilha e que observava diariamente as frequentes *mudanças do tempo*, ao explicar sobre as diversas formas de manifestação do vento, contou-me que há, inclusive, *briga de ventos*.

Passava vinte minutos, meia hora, de vento sul. Daqui a pouco, o nordeste vencia o sul. E pelo nordeste que está forte, já se sabe como o sul vai entrar. Outro dia a gente vê: hoje a briga já está diferente! A briga é este/sueste. Entre o leste e o oeste tem o norte, que os antigos aqui chamam de nortão duro. Não é de pegador como o leste. O nortão é temporário. Tem o noroeste, que é um vento quente, que fica entre o terreal e o norte. É um vento doentio, quente, de novembro, dezembro; traz a mutuca¹⁶. Para nós, o melhor é o nordeste porque é seguro, o tempo firme, água quieta, limpa, calmaria. É mais no verão. É um vento que limpa o tempo (Safira, 38 anos, Barra do Sul).

O vento influencia as mudanças para o sucesso ou insucesso da pesca, pois, dependendo

de como estiver, é impossível se arriscar e *sair para fora*, como costumavam dizer. Há ventos mais temidos, de um modo geral, como o leste, também chamado de *lestada*, e o terreal, *que vem da terra*. Chegam com força e permanecem dias, impossibilitando qualquer atrevimento no sentido de tentar a pesca. Os pequenos barcos são puxados para os ranchos ou amarrados e ficam em descanso até que o tempo melhore. Para tanto, é preciso que o vento mude, pois contra vento, só outro vento.

Os diferentes tempos, de maré alta ou baixa, de vento nordeste, sul, terreal, lestada, interferem nas saídas para o mar. Mas não se trata de um período de espera ociosa, porém repleto da agilidade dessas mulheres em remendar ou fazer redes, lavar roupa, preparar comida, comprar mantimentos, olhar a embarcação averiguando se tudo está bem. Não havia um momento de descanso definido no que diz respeito a “fim de semana”. Era o *tempo bom de pesca* que guiava os dias de trabalho, inclusive sábados, domingos e feriados, assim como o *tempo ruim* dava uma trégua nas idas ao mar.

Essas diferentes temporalidades interferiam diretamente no tempo que eu levava para realizar o que era previamente combinado com as mulheres, pois quando me diziam que o tempo não estava bom, queriam dizer que teríamos que dar, de fato, tempo ao tempo, e esperar a melhora do vento, da maré, do mar agitado. Cardoso de Oliveira (1995) propõe, entre outros objetivos, mostrar “os limites do método, ou [...] o que poderia estar em seu lugar” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1995, p. 2). As contradições, a diversidade, as inquietações que emergem quando estamos no exercício do trabalho de campo contribuem com o aprendizado de nosso ofício. Fazer um campo, que é mar, exigiu-me muita paciência e um exercício contínuo de espera e observação antes de ser

acionada pelas mulheres para o que inicialmente, a meu ver, constituía participar de seus cotidianos, o que, às vezes, me deixava angustiada pela sensação de não estar fazendo coisa alguma a não ser observar e esperar.

Inquietava-me constantemente pois, de meu ponto de vista, me sentia *perdendo tempo*. Uma espécie de agito interior me irritava. “Odiava desperdiçar tempo, detestava perdê-lo” (BARLEY, 2006, p. 101). Muito distante da sensação de aventura nas saídas para o mar, ficar esperando me fazia sentir que faltava algo, que havia uma espécie de incompletude nos momentos, mais de observação do que de participação, até que busquei me aquietar e viver apenas o que estava me sendo disponibilizado. Foi aí que os tempos de espera se converteram em muita conversa, pelas quais passei a compreender os meandros de suas vidas, observando e experimentando o que faziam enquanto se esperava o tempo melhorar, instigando-as a contarem-me sobre suas vidas e por que optaram por embarcar ao invés de atuar em terra. Enfim, tempos de escuta de narrativas sobre *aventuras* vividas, dores, alegrias, dificuldades, aprendizados. Por vezes, elas choravam. Outras, era eu quem não conseguia me conter com as suas narrativas, o que fazia, por vezes, meu humor oscilar entre a solidariedade e uma profunda angústia, solidão e decepção comigo mesma por não ter me contado.

Era uma constante eu me perguntar: estava fazendo bem feito o que fazia? Estava utilizando-me corretamente do método etnográfico? Seria aquela a melhor forma de fazer o campo ao qual me propunha? Agitava-me uma angústia por desejar ter uma *resposta certa* que conseguisse esclarecer as muitas questões, mesmo quando ainda estava tão incipiente meu trabalho de campo. Sobre esse constante questionar-se, Bachelard (2008), ao discutir o que definiu como obstáculos epistemológicos, afirma que

precisamos estar atentos ao processo de construção do conhecimento científico em que emergem contradições, erros e insuficiências. É preciso honestidade e paciência, fazendo-se central buscar formular bem os problemas e conviver com uma constante reformulação de perguntas, pois tudo é construído e reconstruído continuamente. “Todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído” (BACHELARD, 2008, p. 18).

Uma aventura antropológica: a perda da inocência

Ao discutir questões relativas à necessidade de uma contínua discussão teórica sobre os caminhos da observação participante em que postula que é necessário valorizar tanto a observação quanto a participação¹⁷ e que deseja saber por que a observação participante se transformou em participação observante, Cardoso (1988 [1986], p. 101), se remete ao texto de Da Matta (1978), comentando que o autor mostra que nossa formação postula o planejamento do trabalho, mas não nos prepara para ver com olhos críticos nossos humores, cansaços, infortúnios.

Segundo a autora, às vezes os relatos se limitam às aventuras dos antropólogos sem colocá-las, de fato, como etapas do conhecimento, etapas estas que compõem o processo dado em um questionar-se contínuo. Bachelard (2008) se propõe a mostrar o que chama de dificuldades das abstrações corretas “ao assinalar a insuficiência dos primeiros esboços, o peso dos primeiros esquemas, ao sublinhar também o caráter discursivo da coerência abstrata e essencial que nunca alcança seu objetivo num só golpe” (BACHELARD, 2008, p. 8). Barley (2006), por sua vez, diz que se trata de erro e revisão constante.

Eu acrescentaria que é o próprio campo que se encarrega de nos colocar repetidamente em estado de atenção e autorrevisão. O dia em que o mar me mostrou sua força permitiu-me avançar em questionamentos sobre os limites de minha observação que se queria também participação, entendendo ambas como centrais no investimento antropológico. Neste sentido, no início de meu trabalho de campo, quando eu contava a colegas da antropologia ou demais pessoas que estava iniciando uma pesquisa com mulheres pescadoras, a grande maioria demonstrava curiosidade e admiração, tentando esclarecer o que eu dizia: “com mulher de pescador?” “Com pescadoras mesmo?” “Que vão para o mar?”. Em seguida, não raro, resumiam que consideravam que eu estava vivendo uma *verdadeira aventura*.

Assim, logo após o início dos embarques, a vaidade me seduziu e tudo parecia, de fato, uma grande aventura, até o dia em que o mar mudou de repente, e o tempo passou de bom a ruim. Primeiro, olhei o mar de baixo para cima, dentro da pequena embarcação, pois ele *creceu* tão rapidamente, que fiquei estática, embora extasiada com o que via. Só conseguia pensar que parecia estar diante de uma grande catedral, inspiradora de respeito. A seguir, o mar agitado jogou a embarcação para cima, e com ela fui junto no breve desequilíbrio de meu corpo. Ao olhá-lo de cima para baixo e observar o que me parecia ser uma grande boca que recebia violentamente água de quatro direções, e que vindo de quatro direções se encontrava no centro, só consegui pensar, antes de projetar meu corpo para cair dentro da embarcação: não adianta saber nadar! Naquele momento, assimilei que estava em um campo tão perigoso quanto instigante. Acabou a aventura-fantasia¹⁸ e começou uma aventura antropológica. Segundo Cardoso (1988 [1986]):

A nossa Aventura Antropológica pode lembrar a visão romântica que cerca os antropólogos, quase sempre confundidos com excêntricos aventureiros que se lançam em estranhas viagens por regiões desconhecidas ou espaços urbanos inabitais. Mas, mesmo rejeitando estas pinceladas românticas, não seria enganoso dizer que a pesquisa é sempre uma aventura nova sobre a qual precisamos refletir (CARDOSO, 1988 [1986], p. 13).

A autora não aprofunda uma discussão sobre a composição que ela própria apresenta. No entanto, entendo ser interessante ter claro que, ao adjetivarmos aventura – uma aventura antropológica – estamos qualificando uma experiência que nada tem de romântica ou excêntrica. Pelo contrário, trata-se de um exercício que implica superar a inocência que permeia a aventura-fantasia se considerarmos que a antropológica seria o exercício da própria etnografia, aquela que, no dizer de Maanen (2004), implicaria perder a inocência. Diz o autor (2004, p. 427): “a etnografia não é mais pintada como um procedimento relativamente simples de olhar, escutar e aprender, mas antes como algo próximo a uma intensa prova de fogo epistemológica”. Ele se refere ao que denomina de fim da inocência, inocência esta que pressuporia que a etnografia emerge mais ou menos naturalmente a partir de uma simples estada em campo. Pelo contrário, enfatiza que ela não estará dada em um primeiro momento, mas precisará ser construída no aguçamento do olhar.

Neste direcionamento, pondero que a imersão em campo deve ter os sentidos voltados para a observação de sutilezas, a exemplo do antropólogo inocente de Barley (1983, p. 63) em que é preciso tempo para apreendê-las. O autor ainda preconiza que é central estar atento ao que daí será extraído, selecionado, como um verdadeiro processo de garimpagem em que “o trabalho de campo tem muito em comum

com a mineração” (BARLEY, 2006, p. 136). “É preciso muito esforço para extrair algumas onças de ouro”, enfatiza. Eu diria que é preciso aguçar vivamente os sentidos pois, muitas vezes, estamos tão determinados a garimpar em um lado, que não nos damos conta que as onças de ouro podem estar em outro. É preciso olhar tudo, observar tudo, participar de tudo, viver a experiência com o máximo que o campo nos possibilitar.

Enquanto Cardoso (1988 [1986]) emprendia uma discussão visando compreender os meandros entre *observação participante* e *participação observante*, Geertz (1989, p. 119), ao defender a centralidade de uma *descrição densa*, afirmava que em “todo empreendimento nós já estamos explicando e, o que é pior, explicando explicações. Piscadelas de piscadelas de piscadelas”. Concordo com Cardoso sobre ser a participação tão importante quanto a observação, e que a busca de uma descrição densa, preconizada por Geertz, é central. Por outro lado, há campos e campos e formas distintas de compor o fazer antropológico – uma pluralidade. Nas palavras de Menezes Bastos (2010, p. 3), tomaríamos “essa pluralidade [...] como uma primeira grande marca da antropologia, uma pluralidade que tem sido – e é – tensa”.

Em alguns trabalhos de campo, a possibilidade viável é a observação. Em outros, é possível exercitar a participação, aliando uma e outra. Porém, quero ponderar que em alguns, como o que eu me propus a realizar junto às mulheres pescadoras com o que eu denominei como *sombra* (sobre o que discorro em minha tese), só me foi possível a partir da busca por apreender meandros, sutilezas, temporalidade, corporalidade, em seus cotidianos, com o que proponho chamar de uma experiência de observação/participação densa. A descrição densa sobre o vivido será densa conforme a densidade da experiência do exercício de um profundo *mergulho* em campo, no meu caso, o mar. O

que minha orientadora definiu como *mergulho* tem a ver, portanto, com um exercício extenuante vivido em uma tensa suspensão e expectativa sobre o que viria no momento seguinte. Ao mergulhar em campo, imaginamos o que podemos encontrar, mas é só no fazer que é possível ver/sentir/experienciar repetidamente o exercício etnográfico.

Considero, portanto, que a etnografia se dá pela repetição. É repetir a observação, a convivência, repetir momentos como se nada fosse acontecer¹⁹, e, de repente, tudo acontece. Fazer etnografia é estar presente de forma intensiva e repetitiva em campo. É isso que permite viver a experiência densa que inclui o inesperado. É, às vezes, era ficar sentada na praia observando aquilo que parecia não ter sentido. Mas esse era o sentido. E este aprendizado o campo me trouxe. Esse é o próprio sentido da pesca: esta espera contínua. A etnografia é, portanto, a repetição da experiência que se densifica à medida que temos condição de observar se um fato é extraordinário ou ordinário.

E é no ordinário, segundo DeCerteau (1994), que é possível observar a criatividade e as formas como as pessoas e os grupos conseguem se reinventar, se recriar no seu cotidiano. É essa observação contínua, cansativa e exaustiva que, acredito, nos permite construir a etnografia, como método, como epistemologia, como um conjunto de saberes-fazeres que diz respeito à antropologia.

Assim como as embarcações entravam e saíam todos os dias, assim foi o meu fazer etnográfico. Um mergulho no cotidiano da pesca buscando compreender como as mulheres são e vivem como pescadoras. “Um ato solitário” (MALUF, 2010) que se realiza com o aporte de nossos pares. Roy Wagner (2010 [1975], p.29) diz que “um antropólogo experiencia, de um modo ou de outro, seu objeto de estudo”. Acredito que só assim

é possível fazer e ser feito, como resumiu Menezes Bastos (2010).

Considerações finais

DeCerteau (2008), ao tratar sobre a operação historiográfica, levanta questões como: “o que fabrica o historiador quando faz história? Para quem trabalha? Que produz? [...] O que é esta profissão?” (DECERTEAU, 2008, p. 65). Por outro lado, Deleuze e Guattari (2009), na obra *O que é a Filosofia?*, afirmam que simplesmente chegou a hora de perguntar o que é esse campo do saber, embora tenham uma resposta que não variou, “mas não seria necessário somente que a resposta acolhesse a questão, seria necessário também que determinasse uma hora, uma ocasião, circunstâncias, paisagens e personagens, condições e incógnitas da questão” (2009, p. 10). Tanto nas questões agonísticas de DeCerteau quanto na alusão à hora final de Deleuze e Guattari, inserem-se as possíveis paisagens, personagens, condições e incertezas que, muitas vezes, nos remetem ao que afirma Menezes Bastos (2010) sobre ser irresponsável de maneira cabal esta questão: o que é a antropologia?

Deleuze e Guattari apontam para o fato de que não é que não vimos nos questionando sobre o que é a antropologia, mas que continuamente nos propomos a “não ficar só na rama, mas em deixar-nos engolir por ela” (2009, p. 9). Ao usarem a imagem da rama, os autores nos remetem a pensar sobre uma busca contínua de aprofundamento, de ir da rama à raiz de nossas próprias questões, angústias e dúvidas e, ao nos deixar engolir por ela, passar, de certa forma, a fazer parte dela, e ela de nós. Nos momentos mais solitários em campo, a angústia se aprofundava em forma de dúvidas e questionamentos persistentes sobre se não estaria eu sendo irresponsável e ingênua, confundindo o exercício da

experiência do mergulho etnográfico com uma aventura.

Por outro lado, tão difícil quanto viver a experiência do/no campo é, a partir de nossos próprios significados, encontrar formas de comunicar a experiência vivida, inventando a cultura do outro e, assim fazendo, inventando formas de fazer antropologia. Eu diria que a escrita tem uma temporalidade muito própria que se compõe também de momentos em que não estamos escrevendo. No entanto, se há – e são muitos – momentos de impasses na construção da escrita, de não saber por onde ir, de aflições por emperrar na produção textual, não quer dizer que não a estejamos construindo. Assim como viver o campo é parte da composição redacional, compor a redação prescinde de momentos aparentemente vazios, mas não menos elucubreadores de ideias.

Notas

1. Ver Seeger (1980). A partir das exposições do autor sobre tempo e escolha do campo é interessante refletir sobre quando deixar de trabalhar com aquele e se há um mínimo de tempo, bem como até onde escolhemos o campo e/ou ele nos escolhe.
2. Sobre esta discussão, ver Barley (1983). O autor traz instigantes reflexões sobre questões que acompanham a antropologia desde seus primórdios, entre as quais, dificuldades de comunicação em campo, sugerindo que nos questionemos seguidamente até que ponto os nativos apreendem o que estamos fazendo e, por outro lado, até que ponto compreendemos o que nos dizem quando dizem.
3. Texto em construção, cuja citação foi autorizada pelo autor.
4. “Mergulhar”, “mergulho”, “mergulhando” são expressões utilizadas como metáfora que querem dizer respeito à especificidade de meu campo, que é mar, mas também a um dos pressupostos centrais do trabalho etnográfico que preconiza viver intensamente o estar em

campo. A expressão “é preciso mergulhar” me foi instigada por minha orientadora, Sônia Weidner Maluf, durante um de nossos muitos diálogos. Bachelard (2008), ao falar sobre os obstáculos epistemológicos (experiência primeira, conhecimento geral, obstáculo verbal, conhecimento unitário e pragmático, obstáculo substancialista, obstáculo animista, obstáculo do conhecimento quantitativo) preconiza que urge ao conhecimento epistemológico uma construção que vai do interior ao exterior, sendo que muitas vezes prevalece a experiência externa evidente, escapando-se à crítica pelo *mergulho na intimidade* (BACHELARD, 2008, p. 121. Grifo meu). É neste sentido que “mergulho” se refere em Maluf à necessidade de adentrar ao campo de forma profunda, o que corrobora com Bachelard quando ponderamos que quanto mais o mergulho adentrar a intimidade, possivelmente mais complexos serão os elementos encontrados que nos permitirão criticar, questionar e ponderar sobre o vivenciado. Para Amit (2000, p. 6), “the notion of immersion implies that the ‘field’ which ethnographers enter exists as an independently bounded set of relationships and activities which is autonomous of the fieldwork through which it is discovered. Yet in a world of infinite interconnections and overlapping contexts, the ethnographic field cannot simply exist, awaiting discovery”.

5. Sou empregada da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), responsável pelo serviço de extensão rural e pesqueira no Estado.
6. Mantive a idade da ocasião do trabalho de campo, entre 2010 e 2012.
7. Além das constantes mudanças de tempo, o período de campo que fiz, entre 2010 e 2012, foi considerado de invernos de miséria aliado ao grande número de água viva, em tamanho e quantidade, muito superior aos anos anteriores. Tal fato fazia que ocorressem sérios estragos nas redes e, portanto, perdas e prejuízos diários.
8. Barley (2006, p. 100) observa em especial que “a calendarização dos acontecimentos na Terra dos dowayos é um pesadelo para quem quer que procure planejar, além dos dez minutos seguintes”. O autor observa que os dowayos organizam as coisas a seu próprio jeito, em um tempo ao qual ele levou muito tempo a habituar-se.
9. Bachelard (1994[1950]), ao falar do que define como temporalidade, diz que em tudo há uma ritmanálise que modula momentos de agito e de descanso em uma composição temporal que faz parte da *duração*. Aqui, do fazer-se pescadora e do viver na/da pesca.
10. A pescadora que acompanhei estava trabalhando com rede de espera, o que significa que se colocava a rede em um dia, deixando-a a noite inteira literalmente à *espera* dos peixes que ali entrariam. No dia seguinte, cedo, ia retirar a rede em que os peixes estavam vivos.
11. A barra é o local limite para saída das embarcações em Barra do Sul. Quando o tempo estava ruim, era comum os pescadores voltarem do local chamado *boca da barra*. Esta é o perigo e, ao mesmo tempo, a permissão, pois é ali que o mar mostra se deixa ou não sair para mais um dia de trabalho. É o ponto crítico de perigo, de possibilidade de acidente. Da barra para dentro é a calma. Sair dela implica ir para o mar aberto e, portanto, para as surpresas que ele reserva. Quando em campo, eu ficava em vários momentos diferentes na saída da barra *apenas* observando as embarcações saírem e voltarem, momentos em que percebi que todas saíam e voltavam pelo lado direito da barra, de quem olhava de dentro para fora, demonstrando que há uma forma, uma técnica, um ponto-chave para sair e entrar, dando mais abrigo e segurança às manobras das embarcações.
12. Leach (1972), em uma discussão sobre a valoração e as formas de ver o tempo, rememora três histórias sobre o deus Cronos, pai de Zeus, citando como ritual mais importante o festival conhecido como Cronia, que “ocorria no tempo da colheita, no primeiro mês do ano, e parece ter sido uma espécie de celebração do Ano Novo” (LEACH, 1974, p. 198). O autor esclarece que o tempo de cronos não é aquele como o consideramos, pautados “em relógios, rádios, observatórios astronômicos” (p. 192). “O tempo de Cronos é uma oscilação, um tempo que vai e vem, que nasce e é engolido e é vomitado, uma oscilação do pai para a mãe,

- da mãe para o pai, repetidamente” (LEACH, 1974, p. 199). Cronos, portanto, é oscilação.
13. Diz respeito a profissionais que atuam e vivem na/da pesca, mas me refiro às pescadoras por se tratar de uma pesquisa em que são elas as protagonistas.
 14. Minha cabeça fervilhava quando ouvia comentários que, a princípio, me eram ininteligíveis: *ou vai entrar uma lestada ou um terral. Ontem já deu rebojo*.
 15. Dependendo da localização geográfica, o impacto dos ventos se dá de forma diferenciada. O vento sul traz, geralmente, marés agitadas, mas também, na época da tainha, de maio a julho, traz este peixe, que é muito esperado, e que migra de sul para norte do Estado, e do País.
 16. Mutuca é um pequeno inseto que, ao picar, provoca muita coceira, podendo produzir sérias reações alérgicas.
 17. Durham (1988) considera dois tipos de participação, a objetiva (que estaria mais afeita aos trabalhos com povos indígenas) e a observação subjetiva (pesquisa realizada nas cidades), sobre a qual diz que é preciso ter cuidado para não cairmos em análises a partir de categorias nativas (DURHAM, 1988, p. 33). A autora pondera ainda sobre os meandros de quando uma pesquisa passa de observação participante para uma participação observante, resvalando para a militância (DURHAM, 1988, p. 27). Ter-se-ia que empreender uma discussão apurada sobre questões teórico-metodológicas e epistemológicas aí envolvidas. Segundo ela, a observação participante é um trabalho importante, mas é preciso avançar na procura de novos caminhos (DURHAM, 1988, p. 34). Considero que a observação participante é o que nos propicia a aproximação com o campo. É o princípio do que o decorrer do tempo em campo nos permitirá viver e que eu estou qualificando como uma experiência densa. Entendo que cabe um salto em termos de avançarmos no que Malinowski (1976) postulou. A observação participante do autor estava contextualizada em uma antropologia feita a partir da varanda, se podemos assim pensar. Atualmente, considero que precisamos qualificar nossa estada em campo como participação que contempla observação, inserção no cotidiano, afetação e uma disponibilidade de vivenciar uma experiência densa.
 18. Michel Leiris (2007), ao falar sobre “A África fantasma”, discorre sobre suas decepções em que o campo lhe permitiu desmitificar ilusões anteriores. Na apresentação da obra, Fernanda Peixoto afirma que “é de decepção que nos fala Leiris ao longo do relato: a partida, rodeada por imagens românticas e fantasias de evasão; o cotidiano em terra estranha; o regresso, definido antes por frustrações que por conquistas [...] a narrativa aponta assim para a desmitificação da viagem, das realidades encontradas e do próprio trabalho etnográfico como possibilidade de acesso ao ‘outro’” (LEIRIS, 2007, p. 31). Considero que a ida a campo propicia e coloca à prova qualquer romantismo, ingenuidade ou ilusões iniciais que, por sua vez, nos alertam, como no meu caso. Ou nos decepcionam, a exemplo de Leiris (2007). Mas eu argumentaria que também nos surpreendem e fornecem subsídios para pensarmos sobre o próprio exercício etnográfico. Se não tivesse se decepcionado, se frustrado, Leiris (2007) não teria como escrever “A África fantasma”. Ou seja, não teria deixado uma contribuição tão rica sobre tópicos vivenciados em campo.
 19. Leiris (2007) fala sobre o que considera uma *rotina monótona* permeada pela *mesmice*, que tem o efeito permanente de paralisar o tempo em que, segundo ele, nada acontece: “as cidades e os lugares se sucedem no correr das horas, das jornadas, das estações, dos meses do ano. Mas como a viagem etnográfica não narra aventuras – ao contrário, está enraizada na rotina –, seu registro frisa monotonia e tédio” (LEIRIS, 2007, p. 32). Considero que é aí, no que parece a *mesmice*, que está a possibilidade e de onde emerge a experiência da etnografia.

Referências bibliográficas

- ADOMILLI, Gianpaolo K. *Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São Jose do Norte – RS*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

- AMIT, Vered. Constructing the field. London and New York: Routledge, 2000, p. 1-18.
- AMORIM, Inês. Homem da terra ou homens do mar – um percurso historiográfico. In: Oneto, F. (coord.) *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2008.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BARLEY, Nigel. “Is the sky clear for you?” In: *The innocent anthropologist*. London: British Museum Publications Ltda. 1983, p. 51-67.
- _____. *O antropólogo inocente*. Lisboa: Fenda Edições, 2006 [1983].
- BECKER, Howard S. *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963].
- CALÁVIA SAEZ, Oscar. Por uma antropologia minimalista. In: *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2009.
- CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 [1986].
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O lugar (e em lugar) do método*. Série Antropologia 190 (UnB), 1995.
- _____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo/Brasília: Unesp/Paralelo 15, 2006.
- CLIFFORD, James. Power and dialogue: Marcel Griaule. In: Stocking Jr., G. W. *Observers observed. Essays on Ethnographic Fieldwork*. Wisconsin: University of Wisconsin, 1983, p.121-153.
- CSORDAS, Thomas J. The body’s career in Anthropology. In: Moore, H. *Anthropological theory today*. Cambridge: Polity Press, 1999, p. 172-205.
- DA MATTA, Roberto. O ofício do antropólogo ou como ter anthropological blues. In: Nunes, E. (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DECERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. Artes de Fazer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.
- DIAS, Mônica. A pesquisa tem “mironga”: notas etnográficas sobre o fazer etnográfico. In: Bonetti, A. e Fleischer, S.(org.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p.75-94.
- DURHAN, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: Cardoso, R. *A aventura antropológica*. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 [1986], p. 17-38.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000 [1994].
- FRAVET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. Tradução de Paula Serqueira, revisão de Tânia S. Lima. In: *Cadernos de Campo*, n. 3, 2005, p.155-161.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. In: *Revista Brasileira de Educação* (São Paulo), n. 10, Jan/Fev/Mar/Abr., 1999, p.58-78.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989, p.13-44.
- GERBER, Rose Mary. *Estranhos e estrangeiros*. Dissertação [Mestrado]. PPGAS/UFSC. Florianópolis, 1997.
- _____. *Mulheres e o mar. Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil*. Tese [Doutorado]. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2013.
- INGOLD, Tim. Becoming persons: consciousness and sociality in human evolution. Cultural dynamics. 1991. <http://www.sagepublications.com>.
- _____. *The perception of the environment*. London and New York: Routledge, 2000.
- _____. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: Steil, C. A.; Moura Carvalho, I. C. *Cultura, percepção e ambiente. Diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012, p. 15-30.
- LAGROU, Else. Uma experiência visceral. In: Grossi, M.P. (org.). *Trabalho de campo & subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.
- LEACH, Edmund R. Cronos e Crono. In: *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

- LEIRIS, Michel. *A África fantasma*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- LIMA, Tânia S. O que é um corpo? In: *Religião e sociedade*, n. 22, 2002, p. 9-19.
- MALUF, Sônia W. *A escritura do texto: diálogos, riscos e afetações*. In: *Jornadas Antropológicas*, 2010.
- MAANEN, John V. And end to innocence. The ethnography of ethnography. In: Hesse-Biber, S. N. *Approaches to qualitative research*. New York: Oxford University Press, 2004.
- MARCUS, George. Power on the extreme periphery: the perspective of Tongan elites in the modern world system. In: *Ethnography through. Thick & Thin*. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 135-151.
- _____. Contemporary problems of ethnography in the modern world system. In: *Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- MENEZES BASTOS, Rafael J.de. *Antropologia é aquilo que o antropólogo faz. Antropologia? Antropologias*. Manuscrito inédito, 2010.
- NIETZSCHE, Friedrich W. *O viajante e sua sombra*. São Paulo: Escala, 2007.
- RICOEUR, Paul. A função hermenêutica do distanciamento. In: _____. *Interpretação e ideologias*. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977, p. 43-66.
- SEEGER, Anthony. Pesquisa de campo: uma criança no mundo. *Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras*. Rio: Campus, 1980.
- SILVA, Kelly C. da. O poder do campo e o seu campo de poder. In: Bonetti, A.; Fleischer, S. (org.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.
- TORNQUIST, Carmen S. Vicissitudes da subjetividade: auto-controle, auto-exorcismo e liminaridade na antropologia dos movimentos sociais. In: Bonetti, A.; Fleischer, S. (org.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004 [1987].
- WAGNER, Roy. *The invention of culture*. Chicago: The Chicago Univ. Press, 1981 [1975].
- _____. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1975].

autora **Rose Mary Gerber**

Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC)

Recebido em 14/04/2014

Aceito para publicação em 01/12/2014